

Agora não tem mais jeito

CONSELHO DE ÉTICA RECOMENDA, POR 13 VOTOS A 2, PROCESSO DE CASSAÇÃO DE ACM E ARRUDA

Os senadores Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e José Roberto Arruda (PSDB-DF), acusados de participar da violação do painel eletrônico, receberam ontem um golpe que agrava ainda mais as chances de perderem os mandatos e direitos políticos.

Do total de 16 membros do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado, 13 votaram favoravelmente à abertura de processo para cassação de ACM e Arruda - apenas dois foram contrários à medida. Na mesma sessão, houve ainda votação de um destaque tentando suprimir do relatório do senador Roberto Saturnino Braga (PSB-RJ) as propostas de quebra de decoro e cassação de mandato. O destaque foi derrubado por 10 a cinco.

A aprovação do relatório de Braga ocorreu um dia depois de ACM e Arruda terem obtido uma vitória: o apoio velado do presidente do Congresso, senador Jader Barbalho (PMDB-PA), que estabeleceu prazo de 15 dias úteis para apreciação da decisão pela Mesa Diretora da Casa, permitindo, assim, que os dois



SENADOR Saturnino Braga, com Arruda: relatório agora vai para a Mesa Diretora do Senado

ganhem tempo para defesa.

O fato de o relatório de Braga ter sido aprovado com 13 votos, sendo três deles do PFL, significou uma derrota de ACM, que achava que o partido dela estava fechado com ele. Dessa forma, os senadores Geraldo Althoff (PFL-SC), Francelino Pereira (PFL-MG) e Romeu Tuma (PFL-SP) poderão dizer aos eleitores que votaram contra os dois acusados e, ao mesmo tempo, se protegem junto aos líderes da legenda, alegando que votaram pela retirada do relatório das penas contra os dois acusados.

A forma como a sessão foi conduzida mostrou que havia

uma plena sintonia entre Arruda e ACM, conduzido pelos advogados. "Os advogados de Arruda e ACM entenderam-se porque os destinos dos dois estão atrelados", comentou um aliado de ACM.

A sessão que confirmou o encaminhamento de abertura de processo de cassação contra ACM e Arruda durou mais de sete horas, em meio a muita discussão, briga, troca de ofensas e novos pedidos de desculpas de Arruda. O senador pediu a palavra, abriu mão do direito de votar no Conselho de Ética, apesar de ser titular, permitindo, assim, que o senador Antero

Paes de Barros (PSDB-MT) votasse no lugar dele - a favor da cassação.

O parlamentar do Distrito Federal repetiu o habitual discurso, afirmando não merecer a "pena de morte (cassação) porque não matou nem roubou". Ansioso, andou para lá e para cá, cumprimentou cada um dos presentes e até conversou de forma simpática com rivais tradicionais, como os senadores Heloísa Helena (PT-AL) e Lauro Campos (sem partido-DF). Discursou seguindo um texto escrito, que parecia ter decorado, pois mal olhava o papel. Em 24 minutos reiterou as desculpas aos colegas. (Agência Estado)